

Elisa F. Corrêa
Marcelo Ernandez Macedo

*Zé Pureza e a reforma agrária no
Rio de Janeiro do pré-64*

Introdução

Durante a década de 1950 até abril de 1964, verificou-se no Estado do Rio de Janeiro o surgimento de expressivas mobilizações camponesas, amplamente organizadas, que deram novos rumos à questão agrária nesse estado. Esses movimentos concentraram-se numa região conhecida como Baixada Fluminense.

A Baixada Fluminense abrange uma extensa faixa de terras entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar. O processo de ocupação dessa

Elisa Figueira Corrêa é bacharelanda em ciências sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) (elisagaivota@yahoo.com.br) e Marcelo Ernandez Macedo é professor e pesquisador associado do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ) (marcelo.ernandez@gmail.com). Este texto foi elaborado com o apoio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Agrário (Nead-MDA).

região começou no século XVI com o cultivo de cana-de-açúcar. Ao longo do século XIX, com a concentração da produção agrícola mais valorizada no Norte do estado e no Vale do Paraíba, a Baixada Fluminense era vista como área abandonada e decadente. O problema da Baixada não consistia apenas no abandono, mas também nas inundações e doenças, como a malária. Esse quadro não se modificaria até a década de 1940 quando o governo federal começou a implementar um amplo programa de sua recuperação, que incluía obras de saneamento e drenagem (Macedo *et al.*, 2005: 1).

Esse programa de drenagem tinha como justificativa viabilizar a criação de um cinturão verde para abastecer a cidade do Rio de Janeiro que então se encontrava – apesar da sua decadência econômica em relação a São Paulo – em plena expansão. Todavia, os investimentos estatais não representaram um incentivo à produção agrária. A valorização que eles trouxeram atraiu à região tanto lavradores (de outras áreas do estado e até mesmo de outros estados) quanto indivíduos interessados em fazer reserva de valor com o processo de loteamento das áreas rurais, ocasionando intensas disputas por terras na região. A maioria dos grandes proprietários locais e dos supostos proprietários – os chamados grileiros¹ – optou por erradicar os laranjais ali existentes, expulsando os lavradores, e por substituí-los por loteamentos urbanos ou, nas áreas mais distantes, pelo gado, tradicional forma de mascarar a ação especulativa, à espera dos efeitos valorizadores da expansão urbana.

É nesse contexto que José Pureza chega à Baixada em busca de terras para se instalar. Natural de Pilar, município de Alagoas, José Pureza migra para o Rio de Janeiro ainda muito jovem, onde exerce muitas funções até se especializar na construção civil como estucador, chegando a participar dos movimentos operários. Nesse período, casa-se com Morena, sua companheira nas “lutas” e esposa que o seguiria até o final da vida. Em 1947, Pureza resolve transferir-se para o campo depois de ser informado sobre a facilidade de se adquirir lotes de terra em Xerém (Pureza, 1982: 18).

Deixou seus filhos e Morena, que então trabalhava numa confecção de roupas na cidade, enquanto tentava se adaptar à nova “empreitada”, trabalhando como meeiro numa pequena propriedade.

Durante esse tempo de adaptação ao novo ambiente, passou por muitas dificuldades tendo em vista sua inexperiência como agricultor. Passou a procurar auxílio dos moradores vizinhos que lhe ensinavam a trabalhar na lavoura. Assim sua rede de amizade foi sendo relativamente ampliada. Mas Zé Pureza conheceria a popularidade na região quando começou a trabalhar como “cambone” num terreiro de umbanda localizado numa fazenda próxima.² Pelo trabalho prestado, era remunerado com sacos de torrada e algum dinheiro, o que significava auxílio importante na sua renda. Essa atividade lhe rendeu contato com vários lavradores que vinham se consultar no terreiro (idem: 25). “Aproveitei a grande afluência de trabalhadores ao terreno e comecei a arregimentá-los para nossa organização” (ibidem).

As primeiras organizações de lavradores no Estado do Rio de Janeiro

Em 1949, os lavradores da região começaram a receber ameaças de despejo de suas posses.³ Ciente da situação e dispondo de um significativo trânsito entre os lavradores, José Pureza convocou os vizinhos para uma palestra em que defendeu a necessidade de se organizar com o objetivo de reagirem à expulsão ilegítima. Por sua iniciativa, foi criada uma comissão de lavradores em Xerém, que seria o embrião da Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF).

A comissão de três pessoas, criada em tais circunstâncias, constituiu-se no embrião da nossa organização. Nessa época já existia um Sindicato de Trabalhadores Rurais em Campos, mas que só atendia às reivindicações dos assalariados da cana. Daí a necessidade de formar uma organização que defendesse todas as camadas de camponeses, tais como os posseiros, meeiros, terceiros, arrendatários, pequenos proprietários, peões, colonos etc. (Pureza, 1982: 25).

Assim foi criada uma das primeiras associações camponesas do Estado do Rio de Janeiro, a ALF, registrada como organização civil.⁴ O surgimento dessa associação deu início à organização dos trabalhadores rurais em Xerém e logo se tornaria uma referência para a formação de outras entidades no estado, em especial na Baixada.

Segundo Pureza, o trabalho da Associação consistiu em prestar assessoria a camponeses de todo o estado, formando núcleos da Associação dos Lavradores Fluminenses (ALFs) em todas as regiões. Quando os núcleos amadureciam o suficiente e já tinham certa autonomia, transformavam-se em uma nova associação, recebendo o nome do local de origem (Pureza, 1982: 36).

A diretoria da entidade era solicitada para organizar e dirigir os camponeses em áreas onde já se configuravam conflitos entre posseiros e grileiros, ou seja, onde havia ameaça de despejo. A ALF tinha objetivo claro: organizar os trabalhadores rurais para reagirem à expulsão ilegítima de suas posses, uma vez que os supostos proprietários dos imóveis apresentavam documentação grosseiramente falsificada. As ações mais recorrentes da entidade foram as manifestações em frente à Assembléia Legislativa e ao Palácio do Governo, em Niterói, além de denúncias nos jornais. Essa estratégia proporcionou ao movimento uma extensão do seu campo de atuação na medida em que o aproximou das organizações operárias urbanas, estendendo seu leque de apoio.

Outra providência de destaque da Associação foi criar uma cooperativa de consumo que barateava o preço dos produtos e atraía outros camponeses para a entidade. A cooperativa foi duramente reprimida pela polícia que destruiu sua sede e confiscou as mercadorias, detendo José Pureza. Mas essa não foi uma ação isolada. Logo após a criação da Associação, foi instalado um posto policial na região para amedrontar os lavradores. Pureza relatou que sofreu algumas emboscadas da polícia, tendo escapado devido à vigilância dos lavradores que conseguiram avisá-lo antes que o pla-

no dos policiais lograsse êxito. Ele explicou essa perseguição de uma forma muito simples: “A polícia sempre ajudou grileiro no Estado do Rio! Aqui no Estado do Rio, não; em geral eles fazem isso!” (Pureza, entrevista 1979). Mesmo com a repressão policial, os lavradores se reuniam toda semana. As reuniões eram feitas no quintal das suas casas. Não havia dinheiro para o aluguel de uma sede e a polícia alegava que era proibida reunião no mato (idem: 27). Por isso, após as reuniões, Zé Pureza e seus companheiros eram, invariavelmente, presos. Porém, não permaneciam muito tempo na prisão. A Comissão Feminina da Associação – a qual sua esposa pertencia – realizava protestos em frente às delegacias que terminaram sempre na soltura dos presos.

Depois do despejo da cooperativa, em 1955, veio o despejo judicial dos lavradores de Capivari, que incluía a Fazenda Penha Caixão onde Pureza trabalhava com a família.

Os despejos eram horríveis, assistíamos nossas crianças serem jogadas pelos braços para o terreiro e perdíamos o pouco que tínhamos. As casas dos camponeses em Xerém foram derrubadas e suas telhas levadas pela polícia. Roubaram de tudo: o milho já debulhado, o que estava na roça para colher, e até máquina de costura das nossas mulheres, adquirida com tanta dificuldade. Não tínhamos o direito de ficar nem com a criação de galinha e outros bichos (Pureza, 1982: 30).

Com a execução do despejo, à frente da Associação, Zé Pureza arregimentou os lavradores para irem até Niterói. Acamparam no Campo São Bento por mais de um mês, reivindicando que o governo os assentasse em terras do estado. No acampamento de São Bento receberam a solidariedade da população de Niterói, particularmente dos moradores das redondezas. Muitos sindicatos operários da cidade também ajudaram, fornecendo alimentos e pequenas quantias em dinheiro. Finalmente, o governo concedeu umas glebas de terras em Casimiro de Abreu para o assentamento das famílias.

Após um ano de ocupação em Casimiro de Abreu, houve novo

despejo. Zé Pureza retornou a Xerém com essas famílias. Foi no início do governo Roberto da Silveira, do PTB (1958-1961), época em que se verificou o acirramento dos conflitos e das novas proposições dos movimentos camponeses impulsionados pela realização da I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

Essa I Conferência, realizada em 1959 na cidade de Niterói, teve como finalidade constituir e eleger a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (Falerj). Os cargos da diretoria da Federação eram ocupados alternadamente pelos membros fundadores – os companheiros de Pureza – que, dentre outros, contava com Manoel Marins, Manoel Ferreira, Bráulio Rodrigues (que ingressaria apenas em 1961). José Pureza ocupou diversos cargos na diretoria até 1963, ano em que se tornou presidente da Falerj e quando esta foi reconhecida como entidade sindical.

Um dos méritos da Falerj foi integrar mais as associações, o que fortaleceu o movimento camponês no estado. Além disso, a partir daquela conferência, a principal reivindicação do movimento camponês no Estado do Rio de Janeiro deixou de ser o direito de “usucapião” e passou a ser a defesa da desapropriação de áreas em litígio. Segundo os dirigentes da Falerj, essa mudança se processou porque a reivindicação de “usucapião” se mostrava ineficiente, sendo de difícil comprovação e sempre contestado pelos grileiros da região.

Em 1961, na cidade de Belo Horizonte, realizou-se o I Congresso Nacional Camponês,⁵ promovido pela Ultab e suas filiadas, dentre outras, a mesma Falerj, pelas Ligas Camponesas e pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), criado por Brizola no Rio Grande do Sul. A principal palavra de ordem do congresso foi “pela reforma agrária, na lei ou na marra.” (Medeiros, 2003: 17). Nessa época, as ocupações de terras griladas se intensificaram em todo o estado.

Nossa organização de lavradores considerava que existiam – como julgo que ainda existem – muitas terras no interior fluminense que pertenciam à União e estavam sendo indevidamente apropriadas. Os grileiros forjavam documentação falsa das terras e por isso decidimos requerer em cartório sua legitimidade. Os documentos oficiais comprovaram as suspeitas de que se tratavam de terras griladas. (Pureza, 1982: 41).

As ocupações voltavam-se para terras públicas griladas. Eram organizadas pelas associações ou pela Falerj e reuniam lavradores de várias regiões do estado e mesmo do país. Uma vez realizada a ocupação, outros lavradores, igualmente de procedência diversa, aderiam ao acampamento em busca de um lote. Os ocupantes não só provinham do Rio de Janeiro, mas também de outros estados, e não eram só lavradores, existindo já naquele momento trabalhadores ou desempregados de áreas urbanas. A principal reivindicação consistia na desapropriação das terras em litígio, o que gerou reações por parte do poder executivo estadual. No período do governo Roberto da Silveira (1958-1961), já começaram a se evidenciar sinais de uma nova ação dos poderes públicos dirigida às áreas de conflito.

Se, até esse momento, a marca dessas ações havia sido a repressão, o novo governo propôs um Plano-Piloto de Ação Agrária, logo transformado, por pressão do legislativo estadual, no Plano de Colonização de Terras Devolutas. O Plano de Ação Agrária foi elaborado ainda no primeiro ano do governo Roberto da Silveira, empossado em 1958. O projeto previa que, pelo meio mais rápido, deveriam ser delimitadas as áreas em litígio cultivadas por posseiros. Também as terras devolutas seriam demarcadas. Sua ênfase devia recair sobre a colonização das terras do estado. A possibilidade de desapropriação, embora não fosse vedada, também não era mencionada na autorização. Funcionou como um instrumento para implementação da política do governo Roberto da Silveira para o campo e foi alvo de constantes críticas dos dirigentes da Falerj. Estes alegavam que as terras desapropriadas não tinham

sido distribuídas aos lavradores e que prosseguiam os despejos e as arbitrariedades com a cobertura da polícia estadual (Grynszpan, 1987: 243).

Roberto da Silveira era um líder ascendente, com estilo personalista de atuação, e alimentava projeto político além do Estado do Rio, tendo por meta a própria Presidência da República. Seu empenho em atrair o campesinato atesta a importância que este novo ator político começava a assumir. O prestígio derivado do atendimento de suas reivindicações poderia, no novo contexto que se formava, ser convertido em capital eleitoral (*ibidem*). Segundo Grynszpan, com esse objetivo o governador criou a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Flerj) – composta por lavradores e apoiada pelo PCB –, a qual passou a competir com a Falerj disputando os rumos do movimento.

Esse também era o objetivo de outros políticos da época, em especial Tenório Cavalcante. Eleito pela primeira vez como deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN), em 1946, Tenório aproximou-se do campesinato somente no final da década de 1950 (Grynszpan, 1987: 268). Prestando assistência e segurança, não hesitando em recorrer à violência, num ambiente em que seu emprego era legitimado, Tenório procurava mostrar-se como personagem destemido que não media esforços na luta pelos “humildes e desprotegidos” contra os “poderosos”. Tenório tinha uma concepção segundo a qual a reforma agrária não poderia ser uma simples importação de soluções adotadas em outros regimes. Opunha-se à desapropriação obrigatória da maioria das áreas cultiváveis. O Brasil possuía, segundo ele, grandes extensões de terras devolutas nas quais poderiam ser instalados núcleos de pequenos proprietários de acordo com normas de colonização (cf. *Luta Democrática*, 1959, *apud* Grynszpan, 1987: 273). Passou, então, a atuar em alguns conflitos, prestando seus serviços de advogado, providenciando a soltura dos presos, pressionando autoridades por soluções favoráveis aos lavradores e até denunciando

violências na tribuna da Câmara de Deputados. Tenório se aproximou da Falerj integrando, assim como as Ligas Camponesas, o grupo dos que apoiavam e eram apoiados por essa Federação.

As Ligas Camponesas surgiram no Nordeste brasileiro com o apoio de militantes do PCB e tinham como principal dirigente o deputado Francisco Julião. Ganharam destaque nacional pelas sucessivas mobilizações no campo e na cidade, realizando grandes marchas, comícios e congressos. Tornaram-se o símbolo da luta pela terra no Nordeste (Julião, 1962). Todavia sua atuação não se restringiu a essa região. Francisco Julião esteve no Estado do Rio várias vezes a fim de expandir o movimento e se articular com outros movimentos camponeses do estado, como a Falerj, por exemplo. No entanto, as Ligas não tiveram muita expressividade no Rio de Janeiro. São poucas as referências à sua presença em território fluminense (Grynszpan, 1987: 282).

Nos anos seguintes, já no governo Badger Silveira, os Círculos Operários Católicos também buscaram expandir sua atuação junto ao campesinato. Os Círculos Operários surgiram no Rio Grande do Sul, em 1932, como uma iniciativa do padre Leopoldo Brentano. Durante o Estado Novo, esse movimento cresceu expressivamente, estimulado pelo governo federal. De caráter marcadamente corporativista, a iniciativa dos Círculos Operários inseria-se numa ação mais geral da Igreja visando promover a doutrina católica e reforçar seus vínculos com os trabalhadores. Os Círculos exerciam atividade de formação, preparando seus membros para participarem da vida sindical. Todavia, o seu objetivo político transcendia à justificativa oficial. A despeito de proclamar-se apolítico e apartidário, esse movimento desenvolvia esforços para neutralizar a penetração comunista junto aos trabalhadores.⁶ No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, os Círculos Operários tiveram uma significativa atuação junto à Flerj. Influindo diretamente nos sindicatos, em trabalho integrado com a Flerj, procuravam conter a ação dos grupos de esquerda (Grynszpan, 1987: 253).

Segundo Grynszpan na medida em que se opera a politização da questão agrária e que o campesinato passa a ser reconhecido como um ator político, ele também se transforma em centro das disputas entre diversos agentes que buscam estender o seu controle sobre ele. Além da Falerj, são exemplos os políticos da região, como Tenório Cavalcante (o de maior atuação nesses casos) e entidades como os Círculos Operários Católicos, a Flerj (criada pelo governo estadual) e as Ligas Camponesas.

Fazenda São Lourenço: o início da luta armada

Em agosto de 1961, ocorreu o primeiro conflito armado entre posseiros e grileiros, estes apoiados pela polícia. O evento ocorreu na Fazenda São Lourenço, no Município de Duque de Caxias. Tratava-se da reação de posseiros da região a um despejo judicial, envolvendo na mobilização um grande número de trabalhadores rurais.

Em março de 1959, Fé Augusta Horwitz, viúva de Emílio Horwitz, um dos condôminos e antigo administrador da fazenda, resolveu fazer um arrendamento formal de sua parte na São Lourenço. O arrendatário obrigava-se a pagar 10 mil cruzeiros por mês, tendo direito a explorar o bananal, usar a casa e explorar o restante da terra com “lavoura branca”⁷ ou plantação de árvores frutíferas. O arrendatário, apesar de cobrar uma taxa dos lavradores que ocupavam o local, a partir de maio de 1959, não mais saldou seus compromissos com a viúva.

Em outubro de 1960, Fé Horwitz solicitou à Primeira Vara de Duque de Caxias o despejo do arrendatário, não só por falta de pagamento como também pelo abandono do bananal e por permitir a fixação de posseiros. Ao receberem a intimação comunicando o despejo, os posseiros requereram à justiça a nomeação de um defensor público. Fé Horwitz, por sua vez, pressionava as autoridades que resolvessem o litígio a seu favor, até que em 16 de julho de 1961, o juiz encerrou o processo decidindo pela execução do despejo (Araújo, 1982: 31).

Os posseiros perceberam que o despejo não ameaçava apenas aqueles citados judicialmente, mas envolvia o conjunto dos ocupantes da fazenda, cerca de 300 famílias. A ocupação da fazenda era bastante antiga, havendo casos de posses estabelecidas há mais de 30 anos. Essa ação significava o início de um processo de “limpeza” em toda a região (idem). Seguindo esse raciocínio, com o objetivo de impedir novos despejos, os posseiros resolveram organizar a defesa armada.

A ação judicial estava marcada para realizar-se no dia 16 de agosto de 1961. A fim de executar o despejo, os oficiais de justiça da Comarca solicitaram que uma força policial os acompanhassem. O trabalho de despejo foi iniciado com a expulsão de quatro posseiros dos sete citados judicialmente, restando três para o dia seguinte. O arrendatário Antonio Strufaldi não se encontrava mais no local. Nessa primeira investida não houve resistência (ibidem: 36). Mas os posseiros não estavam conformados com a expulsão.

No dia seguinte, quando os policiais voltaram para executar os outros despejos foram recebidos à bala pelos posseiros que os esperavam entrincheirados. Era um total de 250 homens armados de espingardas de caça e de repetição vindos de diversos lugares da Baixada Fluminense. Toda a área de acesso ao interior da fazenda passou a ser vigiada por patrulhas de 20 a 30 homens armados que se comunicavam por gritos em código (idem: 38).

José Pureza, representando a Falerj, havia recebido o pedido de auxílio dos posseiros e já recorrera à prefeitura local, à Assembléia Legislativa e ao governo do estado solicitando uma intervenção no caso. Assim que soube do levante armado, dirigiu-se à casa do deputado Tenório Cavalcante (Pureza, 1982: 54), pedindo que atuasse no conflito como advogado. No mesmo dia 16, assumindo a causa legal dos sete posseiros citados judicialmente, o deputado enviou, em nome dos agricultores e de José Pureza, então procurador da Falerj, uma petição ao juiz requerendo a suspensão do despejo. O despacho do juiz Hélio Albernaz Alves sustando a ação de

despejo (idem: 43) se concretizou apenas quando o governador Celso Peçanha comunicou “oficialmente” à corte judiciária o intento de desapropriar a fazenda (idem: 45).

Mesmo atendendo no plano imediato à reivindicação dos lavradores, esse desfecho não significou para eles o cumprimento total de seus desejos. Até 1964, os posseiros da Fazenda São Lourenço permaneceriam em situação irregular, como ocupantes de área pública, sem efetivamente terem conseguido a propriedade jurídica da terra (idem: 47).

O conflito da Fazenda São Lourenço foi muito expressivo, uma vez que inaugurou um período de mobilização crescente, não só dos atingidos pela ação dos proprietários, mas da massa de trabalhadores rurais das regiões próximas (idem: 94). Esta foi a primeira vez que um movimento de posseiros pegava em armas organizada para assegurar seus interesses. Depois desse caso, são empreendidas várias ações de reação aos despejos e de ocupações de terras, reivindicando a sua desapropriação para fins de reforma agrária, sendo a maioria delas liderada por membros da Falerj.⁸

A atuação de Pureza foi fundamental para a resolução do confronto. Após várias tentativas frustradas recorrendo aos poderes legislativo, executivo e judiciário, diante de um iminente campo de batalha, Pureza agiu como interlocutor dos camponeses procurando um político local de grande influência na região que, a despeito de não ter solucionado diretamente o caso, contribuiu para acionar a esfera do poder executivo que encerrou o conflito. Além disso, a presença de Tenório levou a mobilização dos camponeses na Fazenda São Lourenço às primeiras páginas dos jornais fluminenses, contribuindo para divulgar a ação e, por conseguinte, influenciar outras mobilizações.

América Fabril: os lavradores ocupam a cidade

Em janeiro de 1963, a Falerj foi chamada a assessorar os lavradores

da Fazenda América Fabril, em Magé, então ameaçados de despejo. Com a ajuda de amigos, Zé Pureza convocou os camponeses para uma palestra e explicou a necessidade de se manifestarem na cidade chamando a atenção da opinião pública para as arbitrariedades que vinham sofrendo. “Resolvemos denunciar em praça pública a violência contra os lavradores que no dia seguinte não teriam onde morar, nem como alimentar suas famílias” (Pureza, 1982). José Pureza conseguiu caminhões com moradores da região para transportar os trabalhadores assim como doações a fim de garantir o combustível para a viagem.

Os lavradores fizeram um grande protesto na Avenida Amaral Peixoto, em Niterói, e rumaram ao Palácio da Justiça. Ao longo do percurso, o número de manifestantes chegou a dois mil. Na passeata, os manifestantes arrecadaram o suficiente para se alimentarem graças a contribuições voluntárias de transeuntes solidários. Levavam à frente a bandeira do Brasil e da Falerj. As famílias – num total de mais de 100, com cinco membros cada uma aproximadamente⁹ – ocuparam o Palácio da Justiça.

Durante horas, os manifestantes permaneceram no Palácio da Justiça. Quando chegou a hora de fechar o prédio, Pureza se recusou a deixar o local. Alegou que só abandonariam o lugar após a reavaliação do caso, obtendo uma resposta positiva quanto à desapropriação da fazenda. Nesse ínterim, aparecera o deputado Afonso Celso que se dispusera a ajudá-los. Enquanto os manifestantes aguardavam no Palácio da Justiça, o governo encaminhou, por intermédio desse deputado, o processo de desapropriação da fazenda à Assembléia Legislativa que o aprovou. Os manifestantes conseguiram dez ônibus cedidos pela Assembléia e voltaram para Magé. Todavia, a luta não se encerrou com esse episódio.

Como o juiz não apareceu no dia seguinte para acordar com o governador a desapropriação da área, Zé Pureza e as famílias de lavradores, após se reunirem, resolveram acampar em frente à casa do juiz que havia assinado a liminar de despejo.

A resolução que tomamos foi ir até a casa do juiz (...) demos instrução aos companheiros que quando chegassem à casa do juiz, chegassem calados, quietos; que não fizessem bagunça, que não deixassem as crianças chorar, para que não fôssemos detestados pelos moradores dali e ganhássemos a simpatia daquele povo (Pureza, entrevista 1979).

No dia seguinte, a vizinhança procurou saber o motivo da movimentação em frente à casa do juiz. Segundo Pureza, ao serem informados da ordem de despejo, os moradores se indignaram com a decisão do magistrado e forneceram leite, café e almoço para os manifestantes, além de disporem dependências sanitárias para mulheres e crianças (Pureza, 1982: 62).

Durante o protesto, o juiz não permaneceu em sua casa por medo de represálias. No dia seguinte retornou ao local com o deputado Afonso Celso e se dirigiu a Magé com o objetivo de assinar a desapropriação. Os lavradores seguiram atrás nos ônibus requisitados. No outro dia, foi publicado o decreto do governo estadual desapropriando a fazenda.

Segundo Grynszpan, as mobilizações nas cidades contribuíam para que os despejos fossem vistos como um problema social e se construísse nos setores urbanos uma determinada imagem dos lavradores. De acordo com o autor, a imagem que a Falerj e outras entidades camponesas procuravam formar, através das manifestações, era, ao mesmo tempo, de sofrimento e de luta. Estes dois elementos caracterizavam o posseiro, categoria com a qual eram designados os lavradores que protestavam e reivindicavam a terra. Esta imagem não se projetava apenas para fora, mas igualmente ao interior do próprio grupo. Nesse sentido, como experiências comuns no processo de luta, as manifestações fortaleciam as identificações e os laços horizontais entre os lavradores, configurando o grupo dos posseiros (Grynszpan, 1987: 150). Do mesmo modo que as manifestações, as denúncias feitas aos jornais não só buscavam formar opinião pública favorável aos posseiros como também contribuíam para o seu reconhecimento político (idem: 151).

Não obstante as vitórias, mais numerosas, o movimento sofreu algumas derrotas que, se não ajudavam no avanço das desapropriações, serviram para o amadurecimento da organização dos lavradores.

O despejo na Fazenda do Largo

Em 1961, no município de São João da Barra, os moradores e trabalhadores da Fazenda do Largo procuraram a Falerj. Segundo Pureza, alguns proprietários adquiriam áreas contíguas às da União, com o objetivo de ampliar, aos poucos, o limite das suas terras (Pureza, 1982: 640). Os posseiros resistiram e o litígio pela demarcação das terras se tornou inevitável. O conflito se instalou quando um juiz autorizou uma cerca que favorecia um proprietário.

Logo após saber dessa questão, José Pureza organizou uma comissão e decidiu ir à cidade de São João da Barra conversar com o magistrado. O juiz lhe garantiu que não haveria o despejo e que a cerca, causa do conflito, seria retirada. Após a conversa, Pureza voltou à Fazenda do Largo e comunicou aos moradores:

Companheiros, a luta ainda não acabou. Com pouco tempo o juiz vai ser chamado pelos patrões e a coisa pode se modificar. As autoridades terminam sempre atendendo aos desejos dos seus padrinhos, os poderosos. Também não confiem nesse deputado que vocês têm como a um pai. O Simão Mansur está iludindo vocês e o vereador Jorge Abreu é a mesma coisa (Pureza, 1982: 66).

Essa postura de José Pureza não agradou aos lavradores, pois colocava sob suspeita as intenções de um parlamentar que era reverenciado pela população local como um “padrinho”. Pureza tentou alertar os lavradores para os reais interesses do deputado. Percebendo que havia contrariado a maioria dos presentes, resolveu ir embora e se afastar do caso. Algumas semanas depois, os lavradores convidaram-no novamente. A situação havia se acirrado. Os camponeses estavam sendo vigiados durante vinte e quatro horas

por dia; a polícia rondava suas casas. Alguns deles já haviam sido espancados e presos (idem: 67).

Quando chegou ao local, Pureza encontrou os lavradores reunidos sob uma mangueira, esperando sua chegada para iniciarem uma assembléia. Subiu num caixote e começou a conversar com os presentes. Estes reconheceram a injustiça que fizeram; admitiram que ele tinha razão sobre o deputado e que haviam chegado à conclusão de que o amigo deles era a Federação.¹⁰ A partir dessa reparação, Pureza voltou a organizá-los. Foi criada uma associação no local e realizada uma eleição para constituir a sua presidência.

A despeito da resistência, a Federação não conseguiu evitar o despejo de vários moradores, inclusive o do presidente da associação recém-formada. A Falerj recorreu então ao Plano Agrário do Estado do Rio de Janeiro. Todavia, mesmo com a intervenção de Airtton Pereira da Silva, responsável pela execução do Plano, os despejos na Fazenda do Largo aumentavam e em pouco tempo quase todos os lavradores foram expulsos. Um ano depois, José Pureza reuniu parte dessas famílias e as levou para a “batalha” no Imbé.

A ocupação do Imbé – um marco na luta pela terra

No dia 3 de abril de 1963, um grupo de lavradores ocupou a localidade chamada Segundo Norte do Imbé, no município de Campos. Pureza relata que a ocupação do Imbé ocorreu a partir do pedido de auxílio à Falerj das famílias que vinham sendo expulsas dos terrenos que ocupavam por usineiros da região.

A grilagem dos usineiros do Imbé coincidia com a grave crise por que passava a indústria açucareira de Campos no ano de 1963. Os trabalhadores rurais da cana eram despedidos em massa e um grande contingente de desempregados migrava para a cidade. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município atuava no sentido de estender a vigência da legislação trabalhista ao campo e exigir dos empregadores o seu cumprimento. A Falerj achava necessário apoi-

ar também uma luta pela distribuição de terras aos trabalhadores desempregados (idem: 75). Diante desses fatos, a diretoria da Falerj decidiu atuar em Campos e José Pureza, então presidente da entidade, partiu para o Imbé.

Pureza passou mais de três meses fazendo o levantamento das famílias que haviam sido expulsas de suas posses. Tratava-se de uma área cuja extensão atingia cerca de 210 mil hectares, constituída por terras férteis devolutas. Partes dessas terras vinha sendo grilada pelos usineiros das usinas de Cupim, Tocos, Santa Cruz e Sapucaia, entre outras. Esta última usina pertencia a João Cleofas, um grande usineiro de Pernambuco (idem: 82).

O movimento de ocupação foi amplamente noticiado pelos jornais da época. O acampamento no Imbé chegou a ter mais de 500 pessoas. Em quase todas as famílias existiam ex-funcionários das usinas. Também integravam o grupo, camponeses ligados às Ligas Camponesas de Campos, liderados por João Guarda.

Recebi vários convites para assistir às reuniões do pessoal das Ligas Camponesas em Campos, e compareci em algumas reuniões. Quando fomos para o Imbé, João Guarda, então presidente das Ligas de Campos, encaminhou os camponeses das Ligas para nosso acampamento (Pureza, 1982: 80).

Ante à iminência de um ataque, Zé Pureza se movimentou no sentido de conquistar o apoio dos pequenos proprietários de áreas contíguas ao acampamento do "Povo da Reforma", como eram conhecidos. Tornava-se indispensável ganhar a simpatia dos pequenos proprietários antes que eles endossassem a força de oposição composta pelos usineiros. Com esse objetivo, Zé Pureza procurou alguns pequenos proprietários para explicar as reivindicações do movimento e desfazer preconceitos que eles alimentavam. Na sua argumentação, procurava mostrar que a luta camponesa também era uma luta deles, que a Federação também vinha ao local para defender os interesses dos pequenos proprietários (idem: 82). Aos poucos os argumentos de Pureza foram sendo aceitos e

esse bom resultado deu-lhe novo ímpeto para que se empenhasse em melhorar o relacionamento do “Povo da Reforma” com os pequenos proprietários. Com esse fim, decidiu fazer uma palestra todo domingo e convidá-los. A cada domingo o número de visitantes aumentava.

Além das reuniões, as visitas de solidariedade e apoio dos trabalhadores da cidade – que os abasteciam com alimentos, roupas e pequena ajuda em dinheiro – contribuíram muito para acabar com a desconfiança dos pequenos proprietários vizinhos. Paulatinamente, diversos setores da sociedade foram se identificando e se aproximando do movimento.

Após a desapropriação da área, orientadas por Pureza, as famílias acampadas no Imbé fizeram um acordo com a prefeitura local para viabilizar o escoamento direto da produção dos novos proprietários, ou seja, sem a presença do atravessador. A Falerj já havia colocado em prática projeto semelhante em Niterói nos anos de 1962 e 1963. Tratava-se das feiras livres que estavam sendo bem-sucedidas no município, pois traziam à população urbana alimentos muito mais baratos.

A decisão da liderança camponesa de organizar a venda direta de produtos ao povo da cidade não visava apenas um escoamento melhor da produção dos lavradores. Com a venda das mercadorias a preços mais baratos, os trabalhadores da cidade eram beneficiados, passando a gastar uma parcela menor do seu salário na feira. Com isso mostrávamos que a luta pela reforma agrária interessa não apenas aos camponeses. O povo da cidade deve apoiar nossa luta, porque ele também será beneficiado quando as terras improdutivas forem entregues aos trabalhadores rurais. (idem: 86).

Mas o projeto não pôde ser posto em prática em função do golpe de 1964. Com a destituição de João Goulart, os sindicatos foram fechados em todo o Estado do Rio de Janeiro e seus dirigentes, perseguidos. Reconhecida pelo Governo Federal como entidade sindical em 1963, a Falerj e vários sindicatos filiados seus ficaram

sob a vigilância dos Círculos Operários Católicos, movimento que sempre defendeu uma política contrária à Federação. Das 23 áreas desapropriadas a partir das lutas dos movimentos, quase todas foram devolvidas aos antigos pretensos proprietários.

Depois de abril de 1964, assim como fizeram diversos companheiros seus, Pureza teve que se esconder. Primeiro foi para a Serra de Magé, fugindo logo para o Nordeste. Lá participou, na clandestinidade, de um movimento de organização de camponeses no início da década de 1970.¹¹ Depois de preso em 1973, quando foi torturado, cumpriu pena durante dois anos em Recife. Morreu em 1983, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, em consequência de enfermidades cardíacas que se haviam agravado pela tortura no tempo da prisão.

O legado de José Pureza

O golpe militar de 1964 deu novas direções ao debate sobre a reforma agrária, na medida em que os protestos foram cerceados, as organizações dos trabalhadores perseguidas e o debate político interrompido. No entanto, as lutas travadas pela Falerj e outras entidades deixaram um legado importantíssimo para a cultura política do país e nas instituições.

Duas das principais medidas que beneficiaram o trabalhador rural, para as quais muito contribuíram as mobilizações promovidas no período em questão, foram, em 1962, a regulamentação do direito de organização sindical e, em 1963, a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, ambas mantidas pelos governos militares (Medeiros, 2003: 22). Mais do que um direito à representação, o campesinato havia conquistado seu espaço no cenário político como ator, como agente.

Esse reconhecimento do campesinato produziu claros deslocamentos e rearranjos no campo político. A politização da questão agrária e as disputas que se travaram em torno do novo protagonista

fizeram com que políticos conservadores assumissem posturas até então próprias de grupos de esquerda, passando a incluir em suas pautas políticas o tema reforma agrária. Praticamente todos se diziam favoráveis à reforma agrária, procurando, contudo, impor-lhe interpretações e conteúdos diversos, conforme os interesses em questão (Grynszpan, 1987: 363).

Enquanto políticos como Roberto da Silveira, Bagner Silveira, Tenório Cavalcante e outros buscavam atribuir as desapropriações a si próprios, as lideranças da Falerj as tributavam à organização e aos camponeses nela reunidos (idem: 316). Mesmo no caso do Imbé, em que Pureza ficou em evidência, ele se declarava “soldado do camponês”, como se pode verificar nos dois depoimentos a seguir.

Se os companheiros decidissem uma resolução mais forte, nós (a Federação) não recuávamos. Dávamos toda a força, procurávamos orientar da melhor forma. Não vamos escolher a forma de lutar. Se aparecer de uma forma nós a enfrentamos. A própria realidade é que vai dizer. (...) Nós obedecíamos ao que o camponês dissesse. Sempre fomos soldados dos camponeses, soldados da classe. Quando achávamos errado, discutíamos com os companheiros (Pureza; entrevista 1979; Araújo 1982: 38).

Como dirigente me empenhei a vida toda na política sindical. Mas nunca fui à base pregar política partidária, só a política do trabalhador. Também não me candidatei a nenhum cargo público. (Pureza, 1982: 93).

A militância de Pureza foi decisiva para o processo de mobilização do campesinato entre a década de 1950 e abril de 1964, no Estado do Rio de Janeiro. Até então, ainda não havia se constituído um movimento social expressivo que difundisse a questão agrária na opinião pública, não só no Rio de Janeiro, como em todo o país. Não obstante recorrentes em diversas regiões, os conflitos por terra não tinham como principal reivindicação a reforma agrária (Medeiros, 2003: 14). Os conflitos fundiários eram extremamente atomizados e locais. Em vários pontos do país, posseiros, arrendatários e foreiros resistiam isoladamente à ação dos proprietários de terras que visavam alterar regras de contratos já consagradas

pelo costume e/ou expulsá-los da terra (idem: 15). Coube a líderes como Pureza a tarefa de organizar e unir as lutas dos lavradores. Isso fica evidente quando atentamos para sua iniciativa tanto na arregimentação quanto no planejamento de ações dos lavradores, movimento que deu origem às primeiras associações no Estado do Rio de Janeiro.

Segundo Grzybowski, como espaços de socialização política, esses tipos de movimento permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, intervir, negociar, lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência dos seus interesses, direitos e demandas; e finalmente, a apreensão crítica do seu mundo, suas práticas e representações, sociais e culturais. (Grzybowski, 1987: 59). Nesse sentido, as estratégias de ação construídas por Pureza não só contribuíram para unificar as lutas dos camponeses, antes desprovidos de representação, como propiciaram nesses grupos a construção de uma identidade sociopolítica.

José Pureza observava, na época, que “o problema mais sério que nós temos enfrentado hoje é a carestia, carestia de vida. E com a reforma agrária não se fala em carestia; nós temos fartura de toda a espécie, de todo jeito” (Pureza, entrevista 1979). Para ele, a reforma agrária significava a supressão da miséria presente tanto no meio rural como nas cidades. Ela também beneficiaria a população da cidade na medida em que favorecia uma maior oferta de produtos alimentícios a baixos preços. E foi pensando assim que uma das primeiras medidas tomadas pela incipiente Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), no início dos anos 1950, foi criar uma cooperativa de consumo que possibilitava o escoamento da produção sem a figura do “atravessador”, favorecendo a população urbana. Com essa medida, Pureza chamava a atenção para a importância da reforma agrária também para as cidades.

Enquanto não vier uma reforma agrária que satisfaça aos camponeses e ao povo da cidade, a luta pela reforma agrária conti-

nua, mas continua mesmo, e continua não é porque eu quero não, é porque a própria situação empurra para isso. Outra coisa: a reforma agrária ainda não está compreendida. Reforma agrária não é coisa de camponês, é uma questão do povo da nação, porque ela vem a favorecer todo mundo (Pureza, entrevista 1979).

O próprio Pureza faz este registro:

Na minha militância fui apenas um companheiro que ajudava os outros, um tarefeiro. Executava as resoluções tomadas pelos camponeses. No Estado do Rio de Janeiro e no Brasil inteiro, jamais houve líder insubstituível. O que fiz junto aos companheiros, outro teria feito do mesmo jeito. Não passamos de uns soldados. Porque o líder não se faz. O líder se tempera como aço na própria luta. Só chega a líder quem tem muito serviço prestado ao povo. A massa faz o líder na luta, na têmpera (Pureza, 1982: 93).

Numa época em que o debate ainda não havia realçado os aspectos macroeconômicos e políticos da questão fundiária nem alcançado os grandes meios de comunicação de massa, defender a necessidade de subsídios agrícolas e de organização da produção e dos produtores em cooperativas, assim como reivindicar a desapropriação como um meio de cumprir a função social da terra e promover ocupações, enfrentando o poderio da elite agrária do estado – e do país –, sem dúvida, era algo inovador. É nesse aspecto de conscientização da mediação camponesa daqueles tempos que a liderança de Pureza foi tão importante.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Frederico G. B. de. *Luta pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação de mestrado, Coppe-UFRJ, Rio de Janeiro, 1982.
- GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado, PPGAS-Museu Nacional (UFRJ), Rio de Janeiro, 1987.
- GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.

JULIÃO, Francisco. *Que são as ligas camponesas?* (Cadernos do Povo Brasileiro n. 1), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

MACEDO, Marcelo E., TEIXEIRA, Renata F. e GUEDES, Mauro. *Sementes em trincheiras – a luta pela terra no Rio de Janeiro do pré-64*. Mimeo, Rio de Janeiro, 2005.

MEDEIROS, Leonilde S. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PUREZA, José. *Memória Camponesa*. O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

Notas

¹ Ao longo do processo de disputas, os membros das famílias que ocupavam a região passaram a ser vistos como posseiros, ao passo que aqueles que forjavam documentos para comprovar a propriedade da terra, e assim expulsar os ocupantes, eram reconhecidos com a categoria acusatória de grileiros. Grileiro constituía, portanto, uma categoria de oposição aos posseiros (Grynszpan, 1987: 86-90).

² “Cambone”, segundo Pureza, era o responsável no terreiro por “fazer os caboclos subir e descer” (Pureza: 21).

³ O jornal *Imprensa Popular* registra esse momento em que a grilagem se intensifica na Baixada. Discorrendo sobre a situação dos lavradores, a matéria da publicação comunista dizia: “Alguns, com mais de 30 anos ocupando as propriedades, fizeram grandes melhoramentos, como plantações, construções etc., sem que aparecessem donos. Agora que as terras estão se valorizando rapidamente, os grileiros aparecem intitulado-se donos das terras, embora sem nenhuma documentação.” (Grynszpan, 1987: 72).

⁴ A Associação de Pedra Lisa, chamada Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, fundada por Bráulio Rodrigues, em 1948, consta como sendo a primeira organização de lavradores da Baixada Fluminense (Grynszpan, 1987: 101).

⁵ Segundo Grynszpan (1987), seria a partir desse congresso que o presidente João Goulart procuraria atrair para a órbita do Estado a discussão da reforma agrária. Em setembro de 1962, foi criada pelo governo federal a Superintendência de Política Agrária (Supra), órgão responsável por planejar e executar a reforma agrária no país. Desde a sua criação até o

governo militar, esse órgão veio a desapropriar dez áreas no Estado do Rio de Janeiro.

⁶ A ação do PCB voltava-se para o auxílio aos trabalhadores rurais em questões mais imediatas, como melhores salários, direitos trabalhistas, abolição de “vales” e “barracões” (instrumentos de endividamento contínuo de trabalhadores), apoio à resistência na terra, demanda por maior prazo ou garantia de renovação de contratos de arrendamento, diminuição dos impostos e fretes. Por outro lado, os comunistas buscavam estimular as organizações camponesas incipientes e a demanda por reforma agrária (Medeiros, 2003).

⁷ O termo “lavoura branca” é a forma local de designar as culturas temporárias que, na região, constituíam-se basicamente de milho, arroz, feijão, mandioca e aipim (Araújo, 1982: 215).

⁸ Essa nova estratégia condiz com a resolução do I Congresso Nacional Camponês realizado em Belo Horizonte em 1961, cuja principal palavra de ordem havia sido “reforma agrária na lei ou na marra”.

⁹ Zé Pureza relata que também havia muitas crianças.

¹⁰ Depoimento de um camponês presente à assembléia, *apud* Pureza, 1982: 68.

¹¹ Cf. Prefácio de Eliane Cantarino a *Memória Camponesa*, in: Pureza, 1982:11.

CORRÊA, Elisa F. e Marcelo Hernandez Macedo. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro 2007, vol. 15 no. 2, p. 368-392. ISSN 1413-0580.

Resumo. (*Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64*). O artigo descreve e analisa os principais eventos da trajetória de José Pureza da Silva, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, em 1947, iniciou a organização de posseiros em defesa dos seus direitos, no município de Duque de Caxias. Ao longo da década de 1950, seu trabalho se estendeu por todo o estado do Rio de Janeiro, por meio da fundação de várias associações de lavradores, até que, em 1959, essas entidades se estruturaram na Federação das Associações de Lavradores do estado do Rio de Janeiro (Falerj), entidade que apoiou ocupações de terra no início dos anos 1960. O texto realça particularmente a ocupação do Imbé, em 1963, que constitui um marco na luta pela reforma agrária no país.

Palavras-chave: José Pureza, movimentos sociais, ocupações de terra, reforma agrária.

Abstract. (*Zé Pureza and agrarian reform in Rio de Janeiro prior to 1964*). The article describes and analyses the principal events of José Pureza da Silva's trajectory. He was a militant of the Brazilian Communist Party (PCB) that, in 1947, began to organize squatters in defense of their rights, in the municipality of Duque de Caxias. During the 1950s, his work covered Rio de Janeiro state as a whole, through foundation of many peasant associations. In 1959, these entities structured themselves into the Federation of Peasants of the State of Rio de Janeiro (Falerj), an organisation that supported land occupations in the beginning of the 1960s. The text emphasizes the Imbé occupation, in 1963, a landmark in the struggle for agrarian reform in the country.

Key words: José Pureza, social movements, land occupations, agrarian reform.